

## O artigo de opinião

### TRABALHANDO O GÊNERO

No mundo em que vivemos, com frequência temos de nos posicionar sobre certos temas que circulam socialmente. Por exemplo: Os médicos têm o direito de interromper o tratamento de um paciente em estado terminal? Os programas de televisão devem sofrer algum tipo de controle? Os governos têm o direito de invadir a privacidade dos internautas com o pretexto de fazer investigações policiais?

Para responder a essas e a outras questões, são publicados em jornais, revistas e em *sites* da Internet **artigos de opinião**, nos quais os autores expressam seu ponto de vista sobre certos temas.

Um tema polêmico que vem sendo muito debatido nos últimos anos, e tem dividido a opinião pública em geral, é a implementação do sistema de cotas para ingresso nas universidades. A adoção desse sistema é apresentada como forma de reduzir as desigualdades, promover a diversidade étnica e combater a exclusão.

A propósito desse tema, leia, a seguir, um artigo de opinião de autoria da escritora Lya Luft.

## Cotas: o justo e o injusto

O medo do diferente causa conflitos por toda parte, em circunstâncias as mais variadas. Alguns são embates espantosos, outros são mal-entendidos sutis, mas em tudo existe sofrimento, maldade explícita ou silenciosa perfídia, mágoa, frustração e injustiça.

Cresci numa cidadezinha onde as pessoas (as famílias, sobretudo) se dividiam entre católicos e protestantes. Muita dor nasceu disso. Casamentos foram proibidos, convívios prejudicados, vidas podadas.

Hoje, essa diferença nem entra em cogitação quando se formam pares amorosos ou círculos de amigos. Mas, como o mundo anda em círculos ou elipses, neste momento, neste nosso país, muito se fala em uma questão que estimula tristemente a diferença racial e social: as cotas de ingresso em universidades para estudantes negros e/ou saídos de escolas públicas. O tema libera muita verborragia populista e burra, produz frustração e hostilidade. Instiga o preconceito racial e social. Todas as “bondades” dirigidas aos integrantes de alguma minoria, seja de gênero, raça ou condição social, realçam o fato de que eles estão em desvantagem, precisam desse destaque especial porque, devido a algum fator que pode ser de raça, gênero, escolaridade ou outros, não estão no desejado patamar de autonomia e valorização. Que pena.

Nas universidades inicia-se a batalha pelas cotas. Alunos que se saíram bem no vestibular — só quem já teve filhos e netos nessa situação conhece o sacrifício, a disciplina, o estudo e os gastos implicados nisso — são rejeitados em troca de quem se saiu menos bem mas é de origem africana ou vem de escola pública. E os outros? Os pobres brancos, os remediados de origem portuguesa, italiana, polonesa, alemã, ou o que for, cujos pais lutaram duramente para lhes dar casa, saúde, educação?

A ideia das cotas reforça dois conceitos nefastos: o de que negros são menos capazes, e por isso precisam desse empurrão, e o de que a escola pública é péssima e não tem salvação. É uma ideia esquisita, mal pensada e mal executada. Teremos agora famílias brancas e pobres para as quais perderá o sentido lutar para que seus filhos tenham boa escolaridade e consigam entrar numa universidade, porque o lugar deles será concedido a outro. Mais uma vez, relega-se o estudo a qualquer coisa de menor importância.

Lembro-me da fase, há talvez vinte anos ou mais, em que filhos de agricultores que quisessem entrar nas faculdades de agronomia (e veterinária?) ali chegavam através de cotas, pela chamada “lei do boi”. Constatou-se, porém, que verdadeiros filhos de agricultores eram em número reduzido. Os beneficiados eram em geral filhos de pais ricos, donos de algum sítio próximo, que com esse recurso acabaram ocupando o lugar de alunos que mereciam, pelo esforço, aplicação, estudo e nota, aquela oportunidade. Muita injustiça assim se cometeu, até que os pais, entrando na Justiça, conseguiram por liminares que seus filhos recebessem o lugar que lhes era devido por direito. Finalmente a lei do boi foi para o brejo.



Nem todos os envolvidos nessa nova lei discriminatória e injusta são responsáveis por esse desmando. Os alunos beneficiados têm todo o direito de reivindicar uma possibilidade que se lhes oferece. Mas o triste é serem massa de manobra para um populismo interesseiro, vítimas de desinformação e de uma visão estreita, que os deixa em má posição. Não entram na universidade por mérito pessoal e pelo apoio da família, mas pelo que o governo, melancolicamente, considera deficiência: a raça ou a escola de onde vieram — esta, aliás, oferecida pelo próprio governo.

Lamento essa trapalhada que prejudica a todos: os que são oficialmente considerados menos capacitados, e por isso recebem o pirulito do favorecimento, e os que ficam chupando o dedo da frustração, não importando os anos de estudo, a batalha dos pais e seu mérito pessoal. Meus pêsa-mes, mais uma vez, à educação brasileira.

(Veja, nº 2046.)

**1a. As cotas de ingresso em universidades para estudantes negros e/ou saídos de escolas públicas.**

1. A autora introduz o tema e seu ponto de vista sobre ele por meio de uma ampla apresentação.

- a) Qual é o tema do artigo de opinião lido?  
b) Identifique, no 2º parágrafo, o ponto de vista da autora. Segundo ela, o sistema de cotas estimula o preconceito racial e social.

2. A articulista, ao apresentar sua opinião sobre o tema, mostra que a implementação do sistema de cotas fere um princípio fundamental das sociedades democráticas.

- a) Qual é esse princípio? O princípio de que todo cidadão deve ter direitos iguais.  
b) Qual é a posição da articulista em relação ao sistema de cotas? Ela não concorda com aqueles que acreditam

que os estudantes negros e/ou saídos de escolas públicas precisam de cotas para ter acesso à universidade. Ela defende o ingresso por mérito na universidade.

3. Num texto de opinião, o autor normalmente fundamenta seu ponto de vista em verdades e opiniões (leia o boxe “Verdade x opinião”).

- a) Identifique no texto verdades, isto é, dados objetivos que podem ser comprovados.  
b) Com que objetivo a autora cita essas verdades? Para compará-las com o sistema de cotas e defender sua opinião de que medidas  
c) Afirmações como: desse tipo são injustas e discriminatórias.

“uma questão que estimula tristemente a diferença racial e social: as cotas de ingresso em universidades para estudantes negros e/ou saídos de escolas públicas”  
“A ideia das cotas reforça dois conceitos nefastos: o de que negros são menos capazes, e por isso precisam desse empurrão, e o de que a escola pública é péssima e não tem salvação. É uma ideia esquisita, mal pensada e mal executada.”

são verdades ou opiniões? Opiniões.

4. Num texto de opinião, a ideia principal defendida pelo autor precisa ser fundamentada com bons argumentos, isto é, com razões ou explicações.

A ideia principal do texto lido é fundamentada por dois argumentos básicos, contrários à implementação do sistema de cotas. Quais são eles?

Os alunos que se saem bem no vestibular são rejeitados em troca de quem se saiu menos bem mas é de origem africana ou vem de escolas públicas; a ideia das cotas reforça dois conceitos nefastos: o de que negros são menos capazes, e o de que a escola pública não apresenta boa qualidade.

5. No 6º parágrafo, a autora faz referência aos envolvidos na lei: os alunos beneficiados e os responsáveis pela lei das cotas.

- a) Ela exime de responsabilidade os alunos beneficiados pelo sistema de cotas? Justifique sua resposta. Não, considera que beneficiarem-se do sistema é um direito que assiste a eles, mas acha que são massa de manobra de um populismo interesseiro, vítimas de desinformação e de uma visão estreita.  
b) Que opinião ela expressa sobre os responsáveis pela lei das cotas? Considera-os populistas e, além disso, incoerentes, pois oferecem cotas a alunos de uma escola pela qual são responsáveis.

### Verdade x opinião

Nos gêneros argumentativos em geral, o autor sempre tem a intenção de convencer seus interlocutores. Para isso, precisa apresentar bons argumentos, que consistem em verdades e opiniões.

Consideram-se verdades tanto as afirmações universalmente aceitas (por exemplo, o fato de a Terra girar em torno do Sol, a poluição prejudicar o meio ambiente) quanto dados científicos em geral, como estatísticas, resultados de pesquisas sociais ou de laboratório, entre outras. Já as opiniões são fundamentadas em impressões pessoais do autor do texto e, por isso, são mais fáceis de contestar.

Os bons textos argumentativos geralmente fazem um uso equilibrado dos dois tipos de argumento.



8b. Sim, pois o texto foi publicado em uma revista de circulação nacional cujo público leitor são jovens e adultos escolarizados. Além disso, esse tipo de gênero geralmente emprega uma variedade de acordo com a norma-padrão formal.

6. No último parágrafo, a autora conclui seu ponto de vista sobre o assunto. De acordo com essa conclusão:

Os que são oficialmente considerados menos capacitados e os que se dedicaram aos estudos, tiveram apoio da família e mérito pessoal, mas são preteridos para dar lugar aos primeiros.

a) Quem são as vítimas do sistema de cotas?

b) Com base no texto, conclua: Para a autora, a exclusão do negro das universidades públicas deve ser tratada como uma questão étnico-racial? Justifique sua resposta. Não, pois há brancos que também são excluídos da universidade. A saída para o problema, segundo o ponto de vista da articulista, seria melhorar a educação.

7. Observe a organização do texto quanto à estrutura e à exposição das ideias. A conclusão é coerente com a ideia e com os argumentos apresentados ao longo do texto? Justifique sua resposta. Sim, pois ela confirma a ideia de que todos devem ter os mesmos direitos e que medidas que favorecem uns em detrimento de outros geram sofrimento, frustração e injustiça.

8. Observe a linguagem do texto.

a) Que variedade linguística foi empregada? A formal ou a informal? Uma variedade de acordo com a norma-padrão formal.

b) Considerando-se o tema, o veículo em que o texto foi publicado e o perfil do público leitor, pode-se dizer que a escolha dessa variedade linguística foi adequada? Por quê?

9. Reúna-se com seus colegas de grupo e, juntos, concluam: Quais são as características do artigo de opinião? Respondam, considerando os seguintes critérios: finalidade do gênero, perfil dos interlocutores, suporte ou veículo, tema, estrutura, linguagem.

É um texto argumentativo que expressa a opinião de um escritor, jornalista, professor, estudante, etc. sobre um tema polêmico em debate na sociedade. Circula nos meios de comunicação em geral (jornais, revistas, rádio, Internet, TV) e tem como destinatário o público desses veículos. Estrutura-se em torno de uma ideia central (que resume o ponto de vista do autor) e de sua fundamentação, feita com argumentos construídos a partir de verdades ou de opiniões. Usa uma variedade de acordo com a norma-padrão formal da língua.

Professor: Com as conclusões dos grupos, sugerimos montar na lousa um quadro com as características do artigo de opinião.

## PRODUZINDO O ARTIGO DE OPINIÃO

E você, o que pensa sobre a política de cotas para as universidades públicas? Você é a favor ou contra?

Prepare-se para produzir um artigo de opinião sobre o assunto. Para isso, leia os textos que seguem a fim de conhecer outros pontos de vista e colher informações e argumentos para escrever seu texto.

### Ser contra cotas raciais é concordar com a perpetuação do racismo

É comum algumas pessoas não entenderem por que afirmamos que pessoas contra cotas raciais são racistas. Há quem pense que racismo diz respeito somente a ofensas, injúrias e não percebem o quanto vai muito mais além: se trata de um sistema de opressão que privilegia um grupo racial em detrimento de outro.

No Brasil, foram 354 anos de escravidão, população negra escravizada trabalhando para enriquecer a branca. No pós-abolição, no processo de industrialização do Brasil, incentivou-se a vinda dos imigrantes europeus pra cá. Muitos inclusive receberam terras do Estado brasileiro, ou seja, foram beneficiados por ação afirmativa para iniciarem suas vidas por aqui. Tiveram acesso a trabalho remunerado e, se hoje a maioria de seus descendentes desfrutam de uma realidade confortável, foi porque foram ajudados pelo governo pra isso.

Em contrapartida, para a população negra não se criaram mecanismos de inclusão. Das senzalas fomos para as favelas. Se hoje a maioria da população negra é pobre é por conta dessa herança escravocrata e por falta da criação desses mecanismos. É necessário conhecer a história deste País para entender por que certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas precisam existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta para com a população negra.

Cota é uma modalidade de ação afirmativa que visa diminuir as distâncias, no caso das universidades, na educação superior. Mesmo sendo a maioria no Brasil, a população negra é muito pequena na academia. E por quê? Porque o racismo institucional impede a mobilidade social e o acesso da população negra a esses espaços.

Pessoas brancas são privilegiadas e beneficiadas pelo racismo. Um garoto branco de classe média, que estudou em boas escolas, come bem, aprende outros idiomas, tem lazer e passa em



Thinkstock/Getty Images

uma universidade pública, pode se achar o máximo das galáxias, mas na verdade o que ocorre é que ele teve oportunidades na vida pra isso. Qual mérito ele teve? Nenhum. O que ele teve foi condições pra isso.

Um garoto negro pobre, que estuda nas péssimas escolas públicas, come mal, não tem acesso a lazer, para passar em uma universidade terá muito mais dificuldades para isso porque não teve as mesmas oportunidades. Cota não diz respeito a capacidade, capacidade sabemos que temos; cota diz respeito a oportunidades. São elas que não são as mesmas.

Se o Estado brasileiro racista priva a população negra dessas oportunidades é dever desse mesmo Estado construir mecanismos para mudar isso. O movimento negro sempre reivindicou cotas juntamente com a melhoria do ensino de base. Só que, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demoraria por volta de 50 anos para que a educação de base fosse de qualidade. Quantas mais gerações condenaríamos sem as cotas?

Cotas e investimento no ensino de base não são tópicos excludentes, ao contrário, devem acontecer concomitantemente. Cotas não são pensão da previdência, são medidas emergenciais temporárias que devem existir até as distâncias diminuïrem.

[...]

Logo, ser contra uma medida que visa combater essas distâncias criadas pelo racismo é ser a favor da perpetuação do racismo. E se você se coloca contra, isso te torna o quê?

[...]

Em relação a pessoas brancas pobres, existem as cotas para quem é oriundo de escolas públicas, as cotas sociais. Mas as raciais também são necessárias porque pessoas brancas, por mais que pobres, possuem mais possibilidades de mobilidade social, uma vez que não enfrentam o racismo.

Façam um passeio por um shopping center e vejam a cor dos vendedores e vendedoras, das gerentes. Negros são os mais pobres entre os pobres e só a cota social não nos atinge. Beneficiaria somente pessoas brancas.

Cotas raciais porque este País possui uma dívida histórica para com a população negra. Dizer-se antirracista e ser contra as cotas é, no mínimo, uma contradição cognitiva e, no máximo, racismo.

Ou se lida com isso ou se repensa e questiona os próprios privilégios. Fazer-se de vítima é reclamar de exclusões que nunca passou.

(Djamila Ribeiro, mestranda em Filosofia Política na Unifesp e feminista negra. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ser-contra-cotas-raciais-e-concordar-com-a-perpetuacao-do-racismo-1359.html>. Acesso em: 8/11/2015.)

## Por que sou contra as cotas nas universidades brasileiras?

Eu sou contra cotas por raça nas universidades, não só pelos motivos que normalmente se colocam: de que estamos instalando agora a diferença de raça de forma clara no Brasil.

Em todos os sistemas de cotas, ou políticas afirmativas (no trabalho, por exemplo, como a porcentagem de vagas obrigatórias para portadores de deficiência), a sociedade deve decidir se deve ou não incentivar minorias, ou gênero, ou grupos, inclusive quais os casos em que pretende reparar injustiças sofridas por determinados grupos que forem considerados socialmente prejudicados, ou que apresentem dificuldades de competitividade por não terem acesso às mesmas oportunidades do restante da população.

Eu não defendo o sistema de cotas nas universidades porque, diferentemente do que ocorre em outras áreas, nas instituições educacionais de alto nível, no caso do Brasil, principalmente nas universidades públicas, a questão do mérito é fundamental e pressupõe, além da bagagem acadêmica necessária para responder à própria vocação do aluno, uma vez que são os mais vocacionados os que possuem mais chances de se tornarem os profissionais ou cientistas que se pretende formar

nestas instituições, estabelecendo-se qual perfil de aluno é mais adequado às necessidades do país, independentemente de cor, credo, sexo, etc.

A dificuldade de acesso ao ensino superior não se resolverá abrindo algumas vagas, ou cotas, ou mais algumas IES públicas e gratuitas e sim com a adoção, como faz a maioria dos países desenvolvidos, de um amplo programa de financiamento ao estudante carente, mas academicamente capaz.

No ensino superior brasileiro 52% dos alunos são oriundos dos 20% mais ricos na população, enquanto 2,7% são oriundos dos 20% mais pobres. Ou seja, nosso modelo é cruel e inexplicável!

Além disso, as universidades públicas (que ainda são as ilhas de excelência e da produção científica no Brasil e precisam se manter como o referencial de qualidade para as demais instituições nos seus campos de atuação: científico, tecnológico, educacional, cultural e artístico) precisam ser preservadas de responder por este tipo de política de inclusão social, que é de estado e não das universidades.

A inclusão social por meio da educação superior que só ocorrerá por meio de um corajoso e radical programa de melhoria de nossa educação básica (não há tempo para esperar que o sistema melhore no seu próprio compasso, pois sempre estaremos muito atrás dos países que já são bons e ainda se aprimoram quase no nosso atual ritmo) e de amplos programas de financiamento ao aluno em boas instituições públicas e privadas que não são necessariamente as instituições públicas que adotaram o modelo da universidade europeia, com custos, estrutura e missão voltadas de fato muito mais à pesquisa e à pós-graduação.

Se o governo almejar de fato democratizar a formação de profissionais de nível superior, os sistemas federal, estaduais e municipais precisam diversificar o modelo de ensino superior ampliando os tipos de cursos e de instituições, criando e financiando programas mais próximos das necessidades de empregabilidade, como os “community colleges” americanos, que são muito mais baratos do que o nosso modelo de universidade financiado por todos nós, que somos contribuintes.

Os cursos tecnológicos de nível superior existentes são um passo ainda modesto e pouco abrangente nesta direção.

Além disso, precisamos ter coragem de cobrar de quem pode pagar e ampliar as bolsas das IES públicas aos bons estudantes que conseguiram entrar, mas não podem se manter nestes cursos por falta de recursos.

[...]

Então, neste caso, este seria um programa acadêmico (e não uma política de inclusão social ou política afirmativa) a ser acompanhado, para se verificar se alcança seu objetivo, abrindo-se mão da meritocracia pura na busca da amplitude de experiências para todo o corpo acadêmico.

Isto já é adotado em alguns países com sucesso, mas em programas muito menores e não para todo sistema universitário.

Precisamos é melhorar o ensino básico brasileiro – que é um dos piores do mundo – e deixar de querer corrigir reais injustiças e abusos que ocorreram com os afrodescendentes (e que ainda ocorrem, infelizmente, e devem ser severamente punidos) por meio de paliativos (muitas vezes demagógicos), mas pensar em outros programas de inclusão social que os apoie. Não podemos abrir mão do mérito exigido para que as nossas universidades também melhorem sua qualidade, pois só assim os brasileiros avançarão na escala social como merecem!



Andres Rodriguez/Alamy/Photorena

## PLANEJAMENTO DO TEXTO

- Decida com os colegas e com o professor em que suporte os artigos de opinião vão circular. Vocês podem, por exemplo, publicá-los em um *blog* coletivo da sala ou em uma rede social, ou enviá-los a um fórum de debates na Internet. Se quiserem, poderão também expô-los para a escola toda, em um mural.
- Decidido o suporte, pense no perfil do seu leitor: você vai escrever para jovens como você e para adultos. A linguagem deve estar, portanto, adequada ao gênero e ao perfil desse público leitor.
- Anote as ideias e os argumentos dos textos lidos que podem ser úteis para fundamentar o ponto de vista que você pretende desenvolver.
- Pense em um enunciado (uma ou mais frases) que possa cumprir o papel de introduzir o texto e, ao mesmo tempo, expressar a ideia principal (a síntese de seu ponto de vista) que pretende defender e anote-o.
- Entre os argumentos que anotou, escolha aqueles que podem fundamentar de modo mais consistente a ideia principal do texto. Em vez de quantidade, dê preferência à qualidade e à profundidade dos argumentos. Se achar conveniente, acrescente novos argumentos.
- Pense na melhor forma de concluir seu texto: ou retomando o que foi exposto, ou confirmando a ideia principal, ou fazendo uma citação de algum escritor ou alguém importante na área relativa ao tema debatido.
- Dê ao texto um título que desperte a curiosidade do leitor.
- Lembre-se de que o artigo de opinião tem uma estrutura convencional e linguagem objetiva, de acordo com a norma-padrão.
- Se digitar o texto, formate-o em colunas. Faça as alterações necessárias e passe seu artigo de opinião para o suporte final.



Thinkstock/Getty Images

## REVISÃO E REESCRITA

Antes de fazer a versão final do seu artigo de opinião, releia-o, observando:

- se você se posiciona claramente sobre o tema;
- se o texto apresenta uma ideia principal que resume seu ponto de vista;
- se a ideia principal é fundamentada com argumentos claros e consistentes;
- se os argumentos são bem-desenvolvidos;
- se a conclusão retoma e confirma o ponto de vista defendido;
- se o título dado ao texto é, além de atraente, coerente com as ideias desenvolvidas;
- se o texto como um todo é persuasivo;
- se a linguagem está de acordo com a norma-padrão da língua e com um grau de formalidade adequado ao público-alvo.